

Governo negocia mudanças nos incentivos à informática

Regulamentação da lei para o setor não perdoará empresas de Manaus que descumpriram promessa de investir nas atividades de ciência e tecnologia em troca da redução de impostos. A decisão foi tomada em reunião entre governador do Amazonas, Mercadante e vice-líderes

Página 3



ENTENDIMENTO Eduardo Braga (segundo à esquerda, ao lado de Mestrinho) discute com Mercadante, Jucá, Suassuna, Heráclito e Ideli mudanças na lei que incentiva o setor de informática

Senado homenageia Getúlio Vargas, cuja morte faz 50 anos

Dezoito senadores estão inscritos para falar hoje na sessão especial em homenagem ao ex-presidente Getúlio Vargas, cuja morte completa 50 anos. O autor do requerimento da sessão, que começa às 10h, é o senador Hélio Costa. Às 8h30 e às 20h30, a Rádio Senado apresentará o programa *Getúlio - 50 Anos do Tiro que Mudou a História*. O ajudante-de-ordens do ex-presidente, Hernani Fitippaldi, descreve passo a passo todos os movimentos de Vargas em 24 de agosto de 1954, data do suicídio que abalou o país. Um dos entrevistados, o presidente do Senado, José Sarney, discorda da tese segundo a qual a comoção popular que se seguiu à morte de Vargas teria retardado a concretização de um golpe militar - que acabaria acontecendo dez anos depois, em 1964.

Página 8

HISTÓRIA Vargas (na foto, discursando em uma das visitas a São Paulo): papel do ex-presidente deve ser analisado hoje pelos senadores



Reforma do Judiciário só com a pauta desobstruída

O exame de 165 destaques à reforma do Judiciário depende da decisão sobre duas matérias que obstruem a pauta - a medida provisória que abre crédito extraordinário para socorro a flagelados no Sul e o projeto que altera a Lei de Informática. Depois da apreciação dos destaques, a reforma será votada em segundo turno, podendo, em seguida, ir à promulgação. Outras propostas também aguardam o desbloqueio da pauta, entre elas a que torna o orçamento federal impositivo.

Página 3



PREJUÍZO Edison Lobão adverte que a estrutura não está suportando mais o peso dos veículos

Lobão pede recuperação de ponte federal em São Luís

Diante do colapso quase total da ponte que liga São Luís ao continente, Edison Lobão (PFL-MA) cobrou do governo federal providências urgentes para restabelecer o trânsito no local, indispensável para as atividades normais da cidade. Ele ressaltou que cabe à União a responsabilidade sobre a ponte Estreito dos Mosquitos, uma vez que ela integra a BR-135.

Lobão apontou "desleixo das autoridades federais, que pouco fizeram em 16 anos, desde que a ponte foi condenada pelo então Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER)". Relatório do órgão concluiu pela necessidade de construir uma segunda ponte, mas as obras foram negligenciadas ao longo dos anos, disse.

– Estive na região neste fim de semana e me deparei com um cenário de guerra, com romarias de pessoas atravessando a ponte a pé, porque ela não suporta o peso de veículos. Até mesmo as cargas estão sendo transportadas em pequenas carretas puxadas por pessoas – descreveu.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Agenda

Getúlio tem homenagem em sessão especial

O Plenário realiza hoje, às 10h, sessão especial para lembrar os 50 anos da morte do presidente Getúlio Vargas (foto). Às 14h30, os senadores se reúnem para votar a medida provisória que libera recursos às vítimas das enchentes do início do ano no Sul do país (MP 189/04) e o projeto (PLC 32/04) que reduz até 2019 a cobrança do IPI de empresas de informática e automação. As duas matérias estão trancando a pauta.



Folha Imagem

Sarney recebe procurador-geral da República

O presidente do Senado, José Sarney, participa hoje, às 10h, da sessão solene em homenagem aos 50 anos de falecimento do presidente Getúlio Vargas. Às 15h30, recebe o procurador-geral da República, Cláudio

Fonteles, e logo depois preside a ordem do dia do Plenário. Às 18h30, Sarney comparece ao lançamento do livro *O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do Poder*, de Flávio Tavares.



Cargo de ministro no BC em debate

Hoje, às 14h30, poderá ser instalada a comissão mista para analisar a medida provisória que atribui ao cargo de presidente do Banco Central o status de ministro de Estado (MP 207/04). A mudança garante ao presidente do BC o direito a foro privilegiado no Supremo Tribunal Federal (STF) em caso de processo judicial. Na reunião da semana passada, não houve o quórum necessário para que a comissão fosse instalada.

CAE discute concessão de direitos a portadores de hepatite

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve analisar hoje, às 10h, projeto que estende aos portadores de hepatite B ou da forma crônica de hepatite C os direitos assegurados aos portadores do HIV e doentes de Aids (PLS 71/00). Também será examinada proposta que permite instituições financeiras cobrarem a dívida ativa dos municípios (PLS 57/03). Às 15, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) vota avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas pela instituição em órgãos públicos.

Mais rigor contra crimes de informática

A tipificação de crimes na área de informática é tema do principal projeto a ser discutido hoje pela Comissão de Educação (CE), às 11h. De acordo com o texto (PLC 89/03), é proibido o acesso de terceiros, sem autorização dos interessados ou da Justiça, a informações privadas mantidas em computadores.



Indicações para ANA e ANTT

As indicações de Oscar de Moraes Cordeiro Netto para o cargo de diretor da Agência Nacional de Águas (ANA) e de José Airton Félix Cirilo da Silva para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) estão na pauta da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), às 11h.

Lançamento de livro

O jornalista gaúcho Flávio Tavares lança hoje na Biblioteca do Senado, às 18h30, o livro *O dia em que Getúlio matou Allende e outras novelas do Poder*. O livro conta histórias protagonizadas por várias figuras históricas do século 20 e episódios que marcaram a política brasileira.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



PRECAUÇÃO Paulo Octávio diz que foram tomados todos os cuidados para reduzir impacto ambiental

Paulo Octávio elogia ritmo das obras de Corumbá IV

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) relatou visita que fez às obras da usina de Corumbá IV, empreendimento que deve garantir o abastecimento de água do Distrito Federal nos próximos 100 anos. Ele ressaltou que todos os cuidados estão sendo tomados para reduzir o impacto ambiental da obra.

– Creio, inclusive, que a área ao redor do grande lago de Corumbá IV poderá se tornar solo fértil para o incremento do turismo ecológico e de lazer, beneficiando toda a comunidade.

Corumbá IV está na fase de construção da barragem, e será realizada em seguida a implantação da rede de distribuição de água. O custo aproximado da nova etapa é de R\$ 400 milhões, segundo informou Paulo Octávio, acrescentando que o governo do Distrito Federal está buscando financiamento na iniciativa privada.

Uma das interessadas é a Berlinwasser Internacional, grande empresa europeia do setor de saneamento, responsável pelo emprego direto de quase 6 mil trabalhadores.

– Com o funcionamento de Corumbá IV, muitas das nascentes hoje utilizadas pela Caesb para o abastecimento de água do GDF deixarão de ser usadas, e se transformarão em parques ecológicos, em prol da qualidade de vida da futura geração da nossa capital.

Em aparte, Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que o meio ambiente deve ser preservado, mas é preciso que se leve em conta a qualidade de vida, a geração de empregos e o progresso. Paulo Octávio concordou, observando que a própria Corumbá IV esteve embargada por várias ações judiciais de ambientalistas.

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Lei de Informática: isenção só vale para quem investiu em tecnologia



PRIVACIDADE Projeto de Tião Viana dá garantias aos usuários de computador

Educação examina crimes ligados à informática

Projetos que regulamentam e garantem privacidade aos usuários de redes e programas de computador serão analisados hoje, às 11h, em reunião da Comissão de Educação (CE). O primeiro (PLC 89/03) modifica o Código Penal com o objetivo de agregar tipificações de crimes cometidos na área de informática.

O relator da matéria, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), acredita que o projeto é importante, uma vez que trata de penalidades para crimes novos, como acesso indevido e sem autorização a meio eletrônico ou sistema automatizado; criação e veiculação *online* de pornografia infantil e criação e difusão de vírus eletrônico. As penas previstas no projeto variam de multas a detenção de três meses a cinco anos. O outro projeto ligado à informática e constante da pauta da CE de hoje (PLS 87/04) dá garantias de privacidade ao usuário de programas de computador. O relator dessa matéria também é o senador Eduardo Azeredo. Ele explica que o projeto pretende garantir aos usuários o conhecimento da finalidade dos programas de computador, concedendo direito de não autorizar a instalação de rotinas ou programas acessórios, tais como mecanismos de coleta e transmissão de dados ou os que abrem janelas publicitárias. O senador considera importante regulamentar a matéria, dando condições à Justiça de coibir abusos e infrações. O autor do projeto é o senador Tião Viana (PT-AC).

■ Líder do governo, Mercadante se reúne hoje com líderes partidários para fechar acordo

A regulamentação da Lei de Informática não dará perdão às empresas de informática instaladas em Manaus que não investiram em ciência e tecnologia em troca da redução de impostos. A decisão foi tomada durante reunião, no início da noite de ontem, entre o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), o governador do Amazonas, Eduardo Braga, e vice-líderes partidários no Senado. Hoje, Mercadante terá uma última reunião com os líderes dos partidos para fechar o acordo.

Ficou ainda decidido que as indústrias de televisão instaladas na Zona Franca de Manaus não serão atendidas em sua reivindicação de produzir, com incentivos exclusivos, os monitores (vídeos) de computador. Elas terão os mesmos incentivos dados a todas as empresas



NEGOCIAÇÃO Mercadante (C) debateu ontem com Mestrinho, Eduardo Braga, Romero Jucá e Ney Suassuna

que produzem ou queiram fabricar monitores em qualquer estado, previstos na Lei de Informática. Os fabricantes de televisão do Amazonas argumentam que, com o avanço da tecnologia, os monitores de computador agora são também usados como televisores e, por isso, deveriam contar com os incentivos dados aos aparelhos de TV fabricados em Manaus.

A regulamentação da Lei de Informática está na ordem do

dia do Plenário do Senado de hoje, com urgência constitucional – ou seja, assim que for examinada a Medida Provisória 189/04 (que tranca a pauta), será colocada em votação. No entanto, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que participou da reunião, acredita que o projeto sobre a Lei de Informática só deverá ser votado amanhã, “porque não há tempo para fechar o texto negociado”.

A regulamentação detalha como se dará a prorrogação por dez anos (até 2019) nos incentivos para produção na área de informática, que serão reduzidos ano a ano. O projeto não modifica os incentivos especiais concedidos às indústrias instaladas em Manaus, mas os senadores deverão alterar o perdão fiscal concedido pelos deputados às indústrias amazonenses que não investiram em pesquisa tecnológica.

Medida provisória e projeto trancam a pauta

O Plenário terá que desobstruir a pauta hoje, primeiro dia de esforço concentrado, para garantir a votação da Reforma do Judiciário (PEC 29/00), com 165 destaques apresentados para análise em separado. Estão trancando a pauta uma medida provisória (MP) e um projeto de lei da Câmara (PLC) em regime de urgência.

O primeiro item a ser votado é a medida provisória (MP 189/04) que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 32 milhões, para atendimento às populações vítimas de estiagem ocorrida recentemente nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul, mediante a concessão do Auxílio Emergencial Financeiro às famílias com renda mensal média de até dois salários mínimos.

Já o projeto que está sobrestando a pauta altera a Lei de Informática para prorrogar, até 2019, a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados

(IPI) concedida às empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação (PLC 32/04).

Também estão na ordem do dia outras seis PECs, entre as quais a que prevê o comparecimento do presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa, para apresentar a mensagem e o plano de governo (PEC 64/99), do senador Eduardo

Suplicy (PT-SP); a que torna de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual (PEC 22/00), do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA); e a que duplica a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) se, no seu término, persistirem as deficiências do ensino fundamental público

(PEC 29/02), de autoria do ex-senador Francisco Escórcio.

A pauta inclui, igualmente, a proposta de emenda à Constituição que determina que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos sejam feitos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios (PEC 1/03), do senador Maguito Vilela (PMDB-GO); a que trata dos princípios da atividade regulatória (PEC 81/03), do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE); e a que exclui dos bens da União as ilhas costeiras que contenham a sede de municípios (PEC 15/04), remetida pela Câmara.

O Plenário poderá examinar, ainda, entre outras matérias, dois projetos: o que trata da linguagem inclusiva na legislação e documentos oficiais (PLC 102/02 – complementar) e o que dispõe sobre a ampliação do atendimento do Sistema Único de Saúde (PLC 3/02). Entre os requerimentos em pauta, destaca-se o que pede urgência para a tramitação da Lei de Biossegurança.



OBSTRUÇÃO Plenário terá que votar MP que beneficia vítimas de estiagem e projeto que prorroga redução de IPI a empresas de informática

Projeto agiliza retorno de dinheiro público desviado

■ Proposta de Ney Suassuna, que prevê a apreensão dos bens dos acusados, será discutida hoje na CAE

O combate à corrupção envolvendo funcionários públicos poderá ter instrumento mais eficaz para recuperar, em curto prazo, a quantia desviada. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve discutir hoje proposta do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que permite ao juiz estipular fiança para esses crimes até o valor estimado do roubo praticado contra o erário público. Atualmente esses crimes são inafiançáveis.

O projeto de lei prevê a apreensão ou seqüestro de bens, direitos ou valores dos acusados, obtidos de forma ilícita, mesmo que a titularidade tenha sido transferida a terceiros, ou mantida em nome destes. Também está prevista essa possibilidade a bens, direitos ou valores que tenham sido misturados ao patrimônio legalmente constituído, como, por exemplo, a construção de benfeitorias em imóveis já adquiridos ou depósitos em aplicações financeiras já existentes.

Para tanto, o juiz poderá decretar, de ofício, a requerimento do Ministério Público (MP) ou representação da autoridade policial, o valor da



REFORÇO Proposição de Suassuna aperfeiçoa lei que pune os crimes do colarinho branco

fiança quando o fraudador for detido. Assim, o erário poderá ser ressarcido de forma cautelar, antes mesmo de haver a sentença transitada em julgado. Em qualquer desses casos, o MP será ouvido antes e terá 24 horas para se pronunciar. Isso também vale para o juiz decretar a indisponibilidade total ou parcial de bens do acusado ou de terceiros.

A proposta, que aperfeiçoa a lei que pune os chamados crimes do colarinho branco e a lavagem de capitais (Lei 9.613 de 1998), reforça a atuação do MP, que terá assegurada sua participação no Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

A pena de reclusão também é ampliada para quatro a 12 anos, em substituição à atual de três a dez anos. Suassuna elaborou

o projeto de lei em atendimento a solicitações de parlamentares da comissão de inquérito da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, que ficou conhecida como "CPI do Propinoduto", que investigou o esquema de corrupção montado por quatro funcionários do fisco estadual fluminense e outros quatro da Receita Federal.

O senador destaca em seu relatório que, quando os parlamentares da CPI convidaram os investigados a assinar procuração abrindo mão dos depósitos identificados pelo Ministério Público suíço, num total de US\$ 30,2 milhões, fora os US\$ 3,2 milhões dos funcionários da Receita Federal, eles se recusaram a fazê-lo, apesar das inúmeras provas confirmando a titularidade das contas.

Rodrigo Silveirinha, ex-subsecretário de Administração Tributária no governo Anthony Garotinho e que comandava o esquema de assalto aos cofres fluminenses, e os outros funcionários foram presos e condenados. Mas ainda não se sabe quanto do dinheiro desviado foi efetivamente recuperado.

Suassuna afirma que não há como viabilizar outras medidas solicitadas pelos parlamentares fluminenses, como, por exemplo, impedir o funcionamento no país de empresas sediadas em paraísos fiscais ou associadas a companhias baseadas naquelas localidades.



BENEFÍCIOS Azeredo quer estender prazo do seguro-desemprego a até seis meses; João Alberto propõe transformar CTPS em documento mais completo

CAS pode acrescentar novos dados à carteira de trabalho

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar hoje, a partir das 11h, em turno suplementar, substitutivo do senador Aelton Freitas (PL-MG) a projeto do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) que obriga o empregador a registrar na carteira de trabalho o número de inscrição do empregado como segurado obrigatório do Regime Geral da Previdência Social, além de outros dados, a exemplo de informações contidas na carteira de identidade. O objetivo da proposta é transformar a carteira de trabalho em um documento completo.

Consta ainda da pauta da CAS a apreciação de outro substitutivo, de autoria do senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), a projeto do então senador Casildo Maldaner (PLS 203/02), que tem por objetivo incentivar a inserção dos jovens no mercado de trabalho, por meio da diminuição do custo da contratação temporária por prazo determinado para os jovens entre 18 e 25 anos.

A comissão, presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO),

deve apreciar ainda em turno suplementar substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a projeto (PLS 52/02) do então senador Lauro Campos que estende o seguro-desemprego por um período máximo variável de quatro a seis meses. Pelo projeto original, o benefício seria de dez meses.

De acordo com o Regimento Interno, sempre que for aprovado substitutivo a projeto de lei em turno único, será submetido a turno suplementar. Não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação.

Constam da pauta ainda oito projetos com decisão terminativa, mas essas matérias não poderão ser votadas devido ao trancamento da pauta do Plenário. Entre esses projetos, está o de nº 24/04, de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que obriga os fabricantes de medicamentos a imprimirem as bulas de remédios em letras maiores e cujas dimensões permitam a leitura fácil por parte dos consumidores.

Papaléo elogia acordo entre Brasil e Suíça

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) cumprimentou o governo brasileiro, em especial o Ministério da Justiça, pela assinatura de um acordo com o governo suíço para a troca de informações que permitam intensificar o combate à lavagem de dinheiro. Ele explicou que o acordo possibilitará que a Suíça repatrie para o Brasil recursos ilegais mesmo que o respectivo processo ainda não tenha transitado em julgado ou com sua sentença definitiva expedida.

– Os dois países poderão trocar informações sobre a lavagem de dinheiro. Sabemos que, com suas antigas contas numeradas, que não identificavam a

titularidade nominalmente, o pequeno e próspero país alpino foi, ao longo de muitas décadas, refúgio seguro para recursos monetários obtidos de forma fraudulenta e criminoso – afirmou Papaléo.

Outro aspecto do acordo considerado positivo pelo senador é a previsão de entrega de documentos e elementos de prova. Papaléo destacou que será permitida a restituição de bens e valores, a busca pessoal e domiciliar, a apreensão, o seqüestro e o confisco de produtos de delito, e também a transferência temporária de pessoas detidas para comparecerem a audiências ou acareações.

Papaléo Paes lembrou que o



VANTAGEM Papaléo: recursos ilegais poderão ser repatriados mesmo que processo não tenha sido julgado

Brasil já mantém acordos de cooperação jurídica com diversos países, como Colômbia, Peru, Canadá, Estados Unidos, Portugal, Itália, França e Coreia do Sul, e registrou que existe a expectativa de que novos tratados sejam viabilizados com o Reino Unido, Bahamas, África do Sul, Alemanha e o Principado de Liechtenstein.

Infra-Estrutura examina indicações para agências

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) deve votar hoje, em reunião com início previsto para as 11h, duas mensagens com indicações do presidente da República para diretores de agências nacionais e um projeto de lei da Câmara incluindo novo trecho como parte das rodovias federais.

Os integrantes da comissão examinam a indicação de Oscar de Moraes Cordeiro Netto para diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), na vaga de Dilma Seli Pena Pereira. A matéria está sendo relatada pelo senador Paulo Octávio (PFL-DF). Para a diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres

(ANTT), será votada a indicação de José Airton Félix Cirilo da Silva, em substituição a Luís Afonso dos Santos Senna. O relator é o senador José Maranhão (PMDB-PB).

Também na pauta da comissão proposta (PLC 40/04) de inclusão no Sistema Rodoviário Federal do trecho de interligação das rodovias federais BR-101 e BR-104, onde os extremos são os municípios alagoanos de São José da Lage e Novo Lino, passando pelas cidades de Ibataguara e Colônia Leopoldina, do mesmo estado. O relator, senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), é favorável ao projeto.

CCJ tem 43 itens para examinar e limpar a pauta

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza amanhã, a partir das 10h, esforço concentrado destinado a limpar uma pauta com nada menos do que 43 itens, entre os quais a apreciação de mensagem presidencial indicando o nome do general-de-exército Antônio Apparicio Ignácio Domingues para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM).

A CCJ, presidida por Edison Lobão (PFL-MA), deve votar primeiro dois requerimentos de informação, de autoria do líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), solicitando ao ministro da Fazenda, Antonio Palloci, esclarecimentos sobre o financiamento concedido pelo Banco do Brasil ao Partido dos Trabalhadores para aquisição de computadores para diretórios da agremiação.

O segundo, do senador José Jorge (PFL-PE), pede informações ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, sobre suposta utilização de cartões de crédito a favor de servidores lotados na Presidência da República.

A pauta da CCJ é composta, em sua maioria, por projetos de lei que se encontram em caráter terminativo.

Para Sarney, CPI deve voltar à normalidade

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou ontem que a CPI do Banestado é um assunto que está preocupando a todos os senadores, e em razão dos fatos ali ocorridos e da circunstância de a comissão ter sido envolvida por um clima emocional.

– Então, é necessário que ela volte ao leito da normalidade. E, evidentemente, não só os presidentes das Casas como todos nós estamos interessados em que isso ocorra – acrescentou Sarney.

Indagado por um jornalista sobre a possibilidade de um acordo para que a CPI encerre seus trabalhos antes do prazo regimental, José Sarney disse que “qualquer acordo que se tenha que fazer tem que ser feito dentro da CPI, com o presidente e com o relator, e sem nenhuma interferência nossa”.

Comissão pode reduzir emendas ao Orçamento

■ CMO analisa acordo que possibilitou a apresentação de três proposições por cada senador

O acordo que aumentou o número de emendas de autoria dos senadores ao projeto de lei do Orçamento de 2004 poderá ser derrubado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) na reunião de hoje. Os seus integrantes deverão examinar proposta para alterar a Resolução nº 1, que disciplina o funcionamento do colegiado, revendo o número de emendas apresentadas pelas comissões e pelas bancadas.

A proposta elimina as três emendas de caráter estruturante que puderam ser apresentadas pelos senadores de cada estado ao Orçamento deste ano, no caso das bancadas estaduais integradas por mais de 18 parlamentares. Esse aumento foi motivo de uma intensa disputa entre parlamentares

das duas Casas e o acordo só foi possível com a intervenção do presidente do Senado, José Sarney, que propôs a criação de um grupo de trabalho para modificar a Resolução nº 1.

A idéia inicial era aproveitar e rever toda a resolução. Mas isso acabou sendo adiado, em função do prazo exíguo decorrente das eleições municipais deste ano, para 31 de março de 2005, quando a atual resolução e as mudanças que serão examinadas agora pela comissão perderão a sua eficácia. A nova proposta também elimina as emendas regionais e reduz o limite das que são de iniciativa das comissões permanentes de cinco para três.

Outra novidade é a fixação de um teto único de dez emendas para as bancadas estaduais, independente do seu tamanho. O acordo que viabilizou a tramitação do projeto orçamentário de 2004 fixou um mínimo de 18 emendas de bancada e um máximo de 23, com três a mais que os antigos limites. Também cai a possibilidade de as bancadas

com mais de 11 parlamentares encaminharem uma emenda adicional para cada grupo completo de dez congressistas.

A preocupação com o curto espaço de tempo para a tramitação da proposta de 2005, que deverá ser analisada em novembro e dezembro, também está prevista na proposta. A comissão poderá adotar a tramitação simplificada, encurtando prazos, desde que isso seja deliberado por maioria absoluta de seus membros.

A proposta ainda disciplina como poderá ser feito o remanejamento de valores entre emendas. Para agilizar os trabalhos da comissão, aprovado o requerimento para votação em bloco dos destaques, não serão mais aceitas as solicitações para votação em separado, o que contribuirá para encurtar as reuniões do fim do ano em que se vota o projeto orçamentário. Também não será mais admitido o destaque de parte da emenda. A rejeição do destaque prejudicará toda a emenda.



Roosevelt Pinheiro

CONSTRANGIMENTOS Produtores rurais se sentem intimidados, informa Quintanilha

Quintanilha vê abuso no combate ao trabalho escravo

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) alertou ontem o governo federal para o risco da aplicação da legislação que define o trabalho escravo, a pretexto da qual, disse ele, “têm-se cometido inomináveis absurdos” contra a classe dos produtores rurais. O senador ressaltou a necessidade de se tratar com maior isenção certos episódios que são divulgados com grande alarde como sendo trabalho escravo.

– Não bastassem os entraves históricos ao desenvolvimento do setor, tais como a escassez de crédito e as restrições impostas para se ter acesso a ele, os produtores rurais agora se deparam com uma onda de intimidações e de constrangimentos – afirmou Quintanilha.

Com a ressalva de que é preciso condenar qualquer forma de trabalho “que seja ultrajante e que fira a dignidade humana”, o senador lembrou que num país em que existem milhões de pessoas necessitando desesperadamente conseguir um trabalho para sobreviverem, é complicado tratar qualquer oferta de trabalho como sendo exploração de trabalho escravo.

É preciso recordar, conforme Quintanilha, que o trabalho escravo só ocorre quando há coerção para que alguém realize alguma atividade laboral com a imposição de uma penalidade se essa pessoa se negar a realizar a tarefa da qual foi incumbida.

Para Quintanilha, é preciso evitar que os proprietários rurais sejam simplesmente satanizados, “pois não é justo esse tratamento preconceituoso com uma classe que, em sua grande maioria, dá uma enorme contribuição ao crescimento do Brasil”.



REVISÃO Comissão examina hoje proposta que pode mudar resolução que disciplina funcionamento do colegiado

CMO vota créditos para quatro ministérios

Os parlamentares que integram a Comissão Mista de Orçamento devem votar créditos que reforçam as dotações orçamentárias de quatro ministérios. O de maior valor, no montante de R\$ 33,016 milhões, suplementará o orçamento do Ministério da Saúde, e já recebeu voto favorável do relator, senador Augusto Botelho (PDT-RR). O outro projeto de lei, no valor de R\$ 21,121 milhões, relatado pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), ampliará o orçamento dos Ministérios da Cultura, do Esporte e do Turismo.

A comissão também deverá examinar projeto de lei que revê o orçamento de investimento das empresas do grupo Eletronbras. Ao mesmo tempo em que suplementa o orçamento do grupo estatal em R\$ 171,39 milhões, o projeto prevê uma redução orçamentária de R\$ 804 milhões. Os investimentos dessas empresas sofrerão um corte de R\$ 632,61 milhões.

Confidencial

O governo enviou ao Congresso Nacional projeto de lei que reinstalou na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2005 dispositivo que assegura

aos órgãos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do orçamento federal o acesso aos sistemas informatizados oficiais.

A exposição de motivos explica que o dispositivo foi vetado porque a redação do projeto da LDO foi modificada no Congresso, retirando a expressão “para fins de consulta”, o que “contraria a segurança jurídica dos atos que cabe ao Poder Executivo defender, na medida em que abre a possibilidade de que dados sigilosos e restritos percam o caráter de confidencialidade”.



LEQUE Críticas de Bornhausen abrangem de "improbidade" do BB à condução da política externa

Bornhausen: sociedade dará a resposta nas urnas

O presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), apontou ontem os erros que o governo Luiz Inácio Lula da Silva estaria cometendo neste período pré-eleitoral, e afirmou que o PT vai ter a resposta da sociedade nas urnas. Ele citou "a improbidade administrativa" do Banco do Brasil, que comprou ingressos de um show destinado à construção de uma sede para o PT, e o que chamou de sinais de autoritarismo do governo, como a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo e da Agência Nacional de Cinema e de Audiovisual (Ancinav).

Bornhausen criticou a edição da medida provisória (MP) que deu *status* de ministro ao cargo de presidente do Banco Central, ressaltando que a matéria é inconstitucional. O senador lembrou que no início do governo a idéia foi cogitada e deixada de lado, e agora é retomada após o surgimento de denúncias contra o presidente do BC, Henrique Meirelles. Ele frisou que o partido vai contestar a proposta porque uma MP requer urgência e relevância, "que não é o caso dessa medida".

O senador condenou a edição da MP que modifica as datas do pagamento de dívidas das prefeituras para resolver, segundo ele, um problema de caixa da prefeitura de São Paulo.

Bornhausen criticou a política externa do Brasil, referindo-se principalmente à visita de Lula ao Gabão, dirigido por um ditador, e à tentativa de se criar o grupo de amigos de Cuba.

O parlamentar disse que a recente aparição do presidente da República em cadeia nacional de rádio e televisão, para falar de temas econômicos, é vedada pela Lei Eleitoral.

Agripino vê manobras do governo para favorecer PT

■ Senador cita como exemplo MP que amplia prazo para prefeituras pagarem dívida mobiliária

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), disse ontem que seu partido vai passar a examinar "com lupa" as próximas medidas provisórias do Poder Executivo, para evitar que o governo beneficie as administrações municipais e estaduais do PT. Ele citou como exemplo emenda introduzida pela Câmara dos Deputados à medida provisória (MP) que normatizava a antecipação de receita para áreas afetadas por catástrofes climáticas.

Com o acréscimo, as prefeituras ganharam 27 dias a mais de prazo para o pagamento de dívidas mobiliárias renegociadas com o governo federal. A emenda teria sido feita de encomenda para dar um ganho de receita à prefeitura de São Paulo e facilitar a reeleição de



Fotos: Roosevelt Pinheiro

OBJETIVO Para Agripino, reeleição de Marta Suplicy faz parte da estratégia do "Projeto Gabão"

Marta Suplicy (PT).

No entender de Agripino, a reeleição de Marta faz parte da estratégia de permanência no poder montada pelo PT, ironicamente chamada pelo parlamentar de "Projeto Gabão". É que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse recentemente que gostaria de saber a fórmula utilizada pelo chefe de Estado do Gabão, que está há 37 anos no cargo e ainda pleiteia reeleição.

Segundo Jucá, mudança não teve objetivos eleitorais

Na qualidade de relator, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), da renegociação das dívidas da prefeitura de São Paulo, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou que a mudança na data do pagamento dos débitos do município com a União, do dia 3 para o dia 30, não foi casuismo nem obedeceu a motivos eleitorais.

Segundo ele, a mudança foi negociada ainda no tempo do ex-prefeito Celso Pitta, e foi oferecida também a outras prefeituras. Trata-se, explicou, de uma simples flexibilização

na data de pagamento dentro do mês, podendo ser escolhido qualquer dia entre 1º e 30.

– Diante de tantas especulações da imprensa de que a medida representou um casuismo para beneficiar a candidatura da prefeita Marta Suplicy, considero um dever de justiça esclarecer os fatos – disse.

Jucá afirmou não ter havido modificação nos termos da renegociação da dívida da prefeitura paulistana, de modo que estão mantidos o número de meses e os montantes negociados. A data foi mudada porque

O senador potiguar criticou o governo por ter "sorratamente" emendado a MP, por intermédio do deputado Hélio Esteves (PT-AP). No Senado, a medida foi aprovada sem que se percebesse o teor da emenda, que seria do conhecimento apenas do governo e da prefeita paulistana.

– Fomos usados ao aprovar de boa-fé essa MP, que serviria para ajudar a reconstrução de estradas e pontes destruídas por intempéries – lamentou o líder do PFL.

Segundo Agripino, São Paulo detém 40% da dívida mobiliária municipal. A prefeita teria pedido essa folga no esquema de pagamento, mas a legislação não permitia. Com a MP, a prefeitura ficou praticamente por dois meses sem fazer pagamentos relativos à dívida mobiliária ao governo federal.

– Estive em São Paulo e nunca vi tanta propaganda do PT. Espero que o dinheiro economizado pela prefeitura não esteja sendo usado na campanha – afirmou o senador.



ESCLARECIMENTO Jucá afirma que proposta foi negociada durante a administração de Celso Pitta

a maior parcela do Fundo de Participação dos Municípios é paga no dia 10 de cada mês, e a previsão de pagamento no dia 3 onera a administração.



REAÇÃO Alvaro Dias considera autoritária decisão de governo de processar Tasso Jereissati

Alvaro aponta despreparo do Executivo para receber crítica

Ao passar de oposição a governo, o Partido dos Trabalhadores se revelou despreparado para receber críticas de adversários políticos, afirmou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Ele condenou a decisão do PT de processar o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) por ter criticado o projeto da Parceria Público-Privada (PPP) e apontado o tesoureiro petista Delúbio Soares como interessado em sua aprovação imediata no Congresso.

Alvaro Dias afirmou que "ninguém pode acusar Tasso de radicalismo e irresponsabilidade".

– Ele simplesmente exerceu sua função de crítico – emendou. O senador pelo Paraná classificou essa reação do governo como antidemocrática e deplorou a vocação "autoritária" do PT.

Alvaro condenou o governo por "proclamar euforicamente" e chamar para si o mérito pelo crescimento econômico do país. O senador admitiu que o desempenho da economia tem melhorado, mas afirmou que ele está aquém das possibilidades reais e acusou o governo de desperdiçar oportunidade extraordinária de alavancá-lo.

– Dentre os países da América do Sul, o Brasil é um dos que deve crescer menos em 2004 (3,5%), ficando atrás apenas do Paraguai e da Guiana – disse. Esse crescimento, a seu ver píffio, é resultado da elevada carga tributária, da política de juros e da falta de investimento público em infra-estrutura. Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que o crescimento não chegou para a maioria dos brasileiros. "Crescer não é inchar, é distribuir renda e melhorar a qualidade dos serviços."

Onde está guardado o livro de posse dos presidentes da República?

No Arquivo do Senado você encontra uma história que os livros não contam...
...depoimentos nas CPIs, documentos históricos, processos legislativos e projetos de lei

Senado Federal
Subsecretaria de Arquivo
Via N2 S/N Unidade de Apoio 1 - Brasília/DF
Tel: (61) 311 3068 e-mail: ssarq@senado.gov.br

Arquivo
Senado Federal

Secretaria de Comunicação Social - SUPRIS

Osmar Dias prevê falta de dinheiro para safra deste ano

O senador Osmar Dias (PDT-PR) criticou o governo federal por comemorar êxitos econômicos negligenciando a enorme diferença entre aquilo que anuncia e o que realmente faz.

– O governo brasileiro tem que parar de comemorar o que não fez – disse o senador, condenando o Executivo por deixar de apoiar o setor que mais tem contribuído para enfrentar o problema econômico: o agronegócio.

Osmar Dias referiu-se ao anúncio recente feito pelo governo de um crédito rural de R\$ 40 bilhões para a agricultura brasileira. Ele informou que somente R\$ 17 bilhões é que estão efetivamente à disposição dos agricultores no crédito rural, à taxa de 8,75%. O resto terá que ser buscado pelo ruralista no mercado, pagando 22% a 24% de juros ao ano.

Como a soja, que enfrentou problemas na China, o senador registrou que outros produtos agrícolas brasileiros estão enfrentando redução de preço. Em contrapartida, os insumos



NEGLIGÊNCIA Osmar Dias: governo federal não investe no agronegócio, que deve crescer menos este ano

tiveram aumento de até 35%. De acordo com o parlamentar, serão necessários 20% a mais de recursos para financiar a safra deste ano.

– Mas o que estamos tendo é uma disponibilidade de recursos menor que na safra passada – afirmou.

Com isso, ressaltou Osmar Dias, a expectativa é de um crescimento do PIB agrícola menor do que a média da economia brasileira. Ele lembrou que, em 2003, a agricultura teve um crescimento de 6,2%, enquanto o resto da economia praticamente não cresceu nada. O senador prevê que, no próximo ano, a diferença será decepcionante, porque o agronegócio deve crescer menos de 3% e a economia brasileira deve chegar a um crescimento de 3,8%, segundo as projeções.

Ideli elogia proposta que cria fundo para educação

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), comemorou ontem o anúncio do ministro da Educação, Tarso Genro, de que enviará nos próximos dias ao Congresso Nacional uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), a partir de 2005.

Segundo Ideli, essa iniciativa atende a antiga reivindicação da área de educação e, por isso, a PEC já incorpora o debate que se fez em todo o país. Ela explicou que a troca de “Magistério” por “Profissionais da Educação” possibilitará ampliar a contratação, além de professores, para merendeiras, serventes e outros profissionais administrativos e de serviços, que também são parte do processo educacional.



AMPLIAÇÃO Ideli destaca que Fundeb aumentará contratação de profissionais, como as merendeiras

Dentre as mudanças previstas na PEC, a senadora destacou ainda a da fonte de recursos, que hoje é composta por vários impostos federais, estaduais e municipais. De acordo com a proposta do Ministério da Educação, o Fundeb seria composto por 25% de todos os impostos que compõem o Fundef, mais 25% sobre o Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Imposto de Transmissão de Causa Mortis (ITCM), Imposto Territorial Ru-

ral (ITR) e o Imposto de Renda (IR) dos servidores estaduais e municipais. Ficariam de fora os impostos próprios dos municípios, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto sobre Serviços (ISS).

Ideli também comemorou as notícias “alentadoras” que constata o crescimento econômico dos últimos meses.

– Algumas pessoas teimam em não enxergar – comentou. Citando como fontes a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a senadora registrou que a balança comercial brasileira atingiu, na segunda semana de agosto, um superávit de US\$ 782 milhões; o nível de emprego industrial cresceu 0,76% de junho para julho; as vendas do comércio varejista tiveram alta de 12,8% em junho; e a produção de aço atingiu o recorde de 2,840 milhões de toneladas em julho.

Suassuna: falta investimento nos esportes

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) lamentou ontem a *performance* da representação brasileira nas Olimpíadas que estão sendo realizadas na Grécia. Segundo o senador pela Paraíba, é inadmissível que a delegação nacional tenha conquistado somente três medalhas a poucos dias do término da competição. Ele lembrou que o país já atingiu resultados melhores em outras Olimpíadas e culpou a falta de investimentos do Estado na estrutura do esporte olímpico, ao contrário do que fazem países como Cuba

e China, por exemplo.

– Fosse atleta de um outro país, uma ginasta como Daiane dos Santos seria considerada um fenômeno e conquistaria muitas medalhas olímpicas – opinou, lembrando que no Brasil a maioria dos atletas trabalha e treina nas horas de folga, perdendo em competitividade e experiência para atletas de outras nações que investem no setor.

Suassuna apontou ainda a falta de critério oficial sobre a distribuição de recursos para as diferentes modalidades es-

portivas.

A seu ver, a má distribuição do dinheiro, em função da excessiva burocracia, acaba provocando a “cartolização do sistema”, favorecendo dirigentes e intermediários.

O senador acrescentou que os meios de comunicação do país fizeram seu papel, enaltecendo os atletas brasileiros e sua capacidade de conquistar medalhas neste ano, mas a realidade da omissão do Estado frente à política desportiva falou mais alto.

– A população está frustrada – finalizou.



PROBLEMA Heráclito: ações judiciais impedem uso de lenha como matriz energética da empresa de alimentos

Heráclito pede união para manter indústria no PI

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) defendeu a união de toda a classe política do Piauí em torno de uma mobilização a favor da permanência da empresa Bunge Alimentos no município de Uruçuí (PI). Ele informou que, em consequência de várias ações judiciais que estão impedindo o uso de lenha como matriz energética

de suas atividades, a multinacional resolveu suspender suas operações no Piauí.

– A questão se encontra no Tribunal Regional Federal e no Supremo Tribunal Federal. Lamentavelmente, não é estilo do atual governador do Piauí, Wellington Dias, tratar coletivamente com a bancada federal dos assuntos de interesse do estado – afirmou Heráclito Fortes.

Segundo ele, a fábrica da Bunge em Uruçuí tem, em seu estoque, lenha para apenas uma ou duas semanas de produção. Ele registrou que a questão já vem se arrastando há quatro meses sem que uma solução tenha sido encontrada.

Heráclito também cobrou do governo federal a liberação da verba incluída por ele no Orçamento da União, no final do governo Fernando Henrique Cardoso, para a construção de uma ponte ligando Uruçuí ao Maranhão. O senador comentou que, apesar de ser uma obra fundamental para facilitar o escoamento de grãos produzidos na região, os recursos ainda não foram liberados.

Demostenes quer limitar saída de jogadores

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) apresentou projeto de lei que dá preferência ao clube formador do jogador profissional de futebol para a renovação do primeiro contrato, mesmo havendo outros clubes interessados. Esse segundo contrato não poderá ter prazo superior a quatro anos.

Pela proposta, nenhum jogador poderá ter os direitos

federativos negociados com o exterior antes da profissionalização e da maioridade (21 anos). O senador considera “inadmissível que valores que despontam nos clubes sejam prematuramente compelidos a jogar fora do país”. Ele cita também a ação de empresários que induzem os garotos a sair do país, com a ilusão do enriquecimento fácil.



PROTEÇÃO Demostenes propõe que atleta não poderá jogar no exterior antes de 21 anos de idade

Sarney contesta a tese de que o suicídio de Getúlio adiou golpe

Discordando de muitos historiadores, senador afirma que não havia nenhum movimento militar em andamento

O presidente do Senado, José Sarney, discorda da tese, defendida por muitos historiadores e observadores políticos, segundo a qual a comoção popular que se seguiu ao suicídio do ex-presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, teria impedido a concretização do golpe militar, que só acabaria acontecendo dez anos depois, em 1964. O senador prestou depoimento à Rádio Senado para o especial *Getúlio, 50 anos do tiro que mudou a História* – que vai ao ar hoje, às 8h30 e às 20h30.

– Naquele tempo não havia nenhum movimento militar em andamento, nenhum processo de golpe. Acho que, sem o suicídio, nós também teríamos a eleição que foi feita logo em 1955, com os candidatos que já estavam na rua: o Juscelino e, do outro lado falava-se em Eduardo Gomes, Etelvino Lins, e acabou sendo o Juarez Távora.

Sarney acredita, porém, que o suicídio mudou a imagem que Getúlio deixaria para a posteridade caso tivesse chegado normalmente ao final do mandato, porque a sua situação, já muito difícil, fora



CONCEITO Sarney afirma que gesto mudou imagem que o presidente deixaria para a posteridade

agravada pelo atentado contra seu maior adversário político, Carlos Lacerda, no qual foi morto o major Rubens Vaz.

– O tiro dado no major Vaz atingiu o Getúlio, e o tiro que o Getúlio deu no peito atingiu a UDN (União Democrática Nacional, partido de Lacerda), porque, a partir daí, o Getúlio assumiu outra dimensão, que sobrevive até hoje. Sem o suicídio, Getúlio teria saído do governo muito contestado e com a opinião pública contra. Foi a deificação do suicídio que fez com que a imagem do Getúlio mudasse. Ele mesmo disse, na carta-testamento: “Estou saindo da vida para entrar na História”. Logo, ele mesmo reconhecia que precisava daquilo para entrar na História.

Episódio esclarecido

O senador considera o atentado contra Lacerda “episódio

totalmente esclarecido” e fruto das circunstâncias em que o ex-ditador chegou ao poder pela segunda vez, eleito pelo voto popular.

– Getúlio não estava preparado para enfrentar os novos tempos. Ele não soube lidar com os militares, que chegaram da Segunda Guerra Mundial com outras idéias e pontos de vista democráticos, pois não tinha a tradição de saber conviver com o sistema democrático, nem com o funcionamento normal das instituições políticas. Daí começaram todos os seus problemas: ele marchou para o populismo como uma tábua de salvação, começou certa agitação social no país, e o governo dele passou a ser muito contestado, com a formação de um grupo aguerrido de oposição dentro da UDN, que já havia lutado contra Vargas quando ele foi ditador – disse.

Para Sarney, Getúlio errou ao substituir as Forças Armadas na tarefa de lhe dar segurança por uma guarda pessoal. Essa guarda, observou, era formada por “pessoas cuja ficha policial não era das melhores, ligadas à família de Getúlio desde São Borja e que lá tinham um passado de violência contra jornalistas e inimigos dos Vargas”.

De acordo com Sarney, “quando Lacerda, um homem extremamente brilhante, um grande panfletário, iniciou

campanha contra Getúlio na *Tribuna da Imprensa*, a guarda pessoal foi estimulada a fazer um atentado para liquidá-lo, incentivada pelo Mendes de Moraes, pelo Danton Coelho e sobretudo pelo Beijo Vargas, irmão de Getúlio; o Gregório Fortunato organiza então o atentado no qual foi atingido o major Vaz, gerando reação muito forte da Aeronáutica, que tomou a frente do inquérito, o chamado processo do Galeão, onde tudo foi descoberto, todas as coisas foram expostas, o que levou Getúlio finalmente ao suicídio”.

Oposição

Em sua análise, o senador ressaltou também o peso da oposição da imprensa ao governo Vargas para o desfecho dos acontecimentos.

– A imprensa era na sua totalidade contra o Getúlio, tanto que ele foi obrigado a fazer um jornal que o defendesse, o *Última Hora*, do Samuel Wainer, criado para que ele pudesse ter um ponto de vista na imprensa em sua defesa. Todos os grandes jornais eram contra, tanto em São Paulo como no Rio, como o *Correio da Manhã*, o *Diário Carioca*, o *Diário de Notícias*, um jornal muito forte naquele tempo, do Orlando Dantas, todos eles eram muito críticos. Naquela época do suicídio, o governo do Getúlio estava em fase de grande impopularidade.

Alvaro quer cumprimento de direitos dos idosos

Tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão terminativa, projeto do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que promove, no Estatuto do Idoso, mudanças em dispositivos sobre gratuidade do transporte coletivo. Ele argumenta que pequenas imprecisões no texto da legislação têm gerado, entre as empresas, questionamento quanto à obrigação de conceder os benefícios, levando ao impasse na aplicação das medidas previstas.

Alvaro considera que a recente edição do Decreto 5.130 dirimiu grande número dos problemas registrados entre autoridades e operadores, mas assinala a persistência de outros aspectos controversos que, em sua opinião, devem ser sanados.

O projeto define o conceito de transporte semi-urbano que, juntamente com o urbano, deve ser concedido gratuitamente aos idosos com mais de 65 anos. No texto proposto, transporte semi-urbano deve ser entendido como aquele que, preservando as características operacionais do transporte urbano, transpõe os limites do município.

– Como a natureza do serviço prestado tem implicações sobre o tipo de benefício a ser concedido, a expressão transporte semi-urbano deve ter sua conceituação definida no corpo da lei. Dessa forma, evita-se que a regulamentação, deixada a cargo dos municípios ou estados, possa resultar em conceitos desiguais que comprometam ou, até mesmo, desvirtuem o objetivo da medida – explica o senador na justificativa.

Alvaro busca também eliminar lacuna no texto do estatuto, já que, segundo observa na justificativa, não menciona o transporte intermunicipal de passageiros. “Este segmento é possivelmente mais demandado pelos idosos carentes que o interestadual”, observa o parlamentar.

– De fato, as viagens feitas por essa categoria de usuários destinam-se, sobretudo, a consultas médicas e visitas a parentes e visam, em geral, cidades próximas ou a capital do estado – disse.

Programa especial da Senado FM recria o clima de 1954

A Rádio Senado apresenta hoje o especial *Getúlio – 50 Anos do Tiro que Mudou a História*. No programa, Hernani Fitippaldi, ajudante-de-ordens de Vargas, descreve passo a passo todos os movimentos do presidente naquele 24 de agosto de 1954, dia em que Getúlio tirou a própria vida.

Com efeitos sonoros, músicas da época e depoimentos de pessoas que viveram aquele momento histórico, o programa especial pretende levar o

ouvinte “de volta no tempo”, até o segundo mandato de Getúlio Vargas. Também analisa a conjuntura política e os fatores que levaram o presidente a “sair da vida para entrar na História”.

O especial *Getúlio – 50 Anos do Tiro que Mudou a História* vai ao ar às 8h30 e será reapresentado às 20h30 pela Rádio Senado FM, 91,7 MHz. O programa também poderá ser acessado pela Internet, no endereço www.senado.gov.br/radio.



CAMPANHA O então candidato Getúlio Vargas (E) durante comício no estado de São Paulo, em 1950

Plenário realiza sessão especial de homenagem

O Senado realiza hoje, às 10h, sessão em homenagem a Getúlio Vargas, pelos 50 anos de sua morte.

Estão inscritos como oradores da sessão os senadores Hélio Costa (PMDB-MG), Valdir Raupp (PMDB-RO), Serys Slhessarenko (PT-MT), Alvaro Dias (PSDB-PR), Sérgio Zambiasi (PTB-RS), João Alberto Souza (PMDB-MA), Mão Santa (PMDB-PI), Aelton Freitas (PL-MG), Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), Sibá Machado (PT-AC), Maguito Vilela (PMDB-GO), Paulo Paim (PT-RS), Osmar Dias (PDT-PR), José Jorge (PFL-PE), Luiz Otávio (PMDB-PA), Edison Lobão (PFL-MA), Pedro Simon (PMDB-RS) e Tasso Jereissati (PSDB-CE).